

# Trabalhadoras informais da comida de rua em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense: reflexões a partir das perspectivas da (de)colonialidade e interseccionalidade

*Informal street food workers in Duque de Caxias, Baixada  
Fluminense: reflections from the perspectives of (de)coloniality and  
intersectionality*

Camila Athayde de Oliveira Dias<sup>1</sup>

Cristiane Batista Andrade<sup>2</sup>

Fernanda Mendes Lages Ribeiro<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente texto refere-se a uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento que parte do interesse em cartografar as silenciosas potências das mulheres periféricas que atuam como trabalhadoras informais do comércio de comidas de rua em Duque de Caxias, município localizado na Baixada Fluminense/Rio de Janeiro. Tem como finalidade conhecer as estratégias de sobrevivência que essas trabalhadoras produzem em um território atravessado por violências que, muitas vezes, impactam no trabalho realizado em ambiente domiciliar e/ou nas proximidades de vida e moradia, os desafios da conciliação entre o trabalho produtivo e reprodutivo e de que forma as dificuldades do trabalho sem garantias de acesso a direitos sociais e laborais básicos contribuem para o desenvolvimento e/ou agravamento de sua saúde física e mental. Para realizar essa discussão, este capítulo contextualiza o trabalho informal dessas mulheres a partir de contribuições da perspectiva do feminismo decolonial e da interseccionalidade.

**Palavras-chave:** Trabalho informal. Feminismo. Interseccionalidade. Mulheres.

**Abstract:** This text refers to a master's research in development that starts from the interest in mapping the silent powers of peripheral women who act

---

<sup>1</sup> Mestranda em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública/FIOCRUZ, bolsista Capes, psicóloga e cientista social. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9120-9296>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0538846625455416>

<sup>2</sup> Doutora em Educação, pesquisadora em Saúde Pública no Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli (Claves) e professora e orientadora no Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública/FIOCRUZ. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1441-9171>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7610067232753753>

<sup>3</sup> Doutora em Saúde Pública, pesquisadora colaboradora no Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli (Claves) da Escola Nacional de Saúde Pública/FIOCRUZ e professora do Departamento de Psicologia do IBMR. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3766-9758>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1268382430703805>

as informal workers in the street food trade in Duque de Caxias, a municipality located in Baixada Fluminense/Rio de Janeiro. It aims to know the survival strategies that these workers produce in a territory crossed by violence that often impact the work carried out in the home environment and/or close to life and housing, the challenges of reconciling productive and reproductive work and how the difficulties of work without guaranteed access to basic social and labor rights contribute to the development and/or worsening of their physical and mental health. To carry out this discussion, this chapter contextualizes the informal work of these women from the perspective of decolonial feminism and intersectionality.

**Keywords:** Informal work. Feminism. Intersectionality. Women.

## 1. Introdução

Para refletir sobre o trabalho informal é preciso levar em consideração que o acesso ao mercado de trabalho é um problema estrutural na sociedade brasileira relacionado a variadas circunstâncias históricas, econômicas e políticas. A começar pela colonização, que expropriou recursos, produtos e pessoas e deixou um legado econômico, social, político e cultural de codependência ao Norte Global (QUIJANO, 2005). A esse período de exploração se devem os três séculos de comércio e escravização de povos africanos e o processo de industrialização excludente para trabalhadores rurais e urbanos (COSTA, 2010). No século XX, no período de crescimento econômico nacional, sobretudo na década de 1970, o problema é agravado pela constituição de um mercado formal de trabalho também excludente que atingiu apenas a metade da população economicamente ativa no contexto urbano (POCHMANN, 2006). Na década de 1990, com a ascensão do neoliberalismo e a flexibilização dos vínculos trabalhistas, incrementou-se a precarização do mercado formal. Em 2017, no governo Michel Temer, a Reforma Trabalhista consolidou ainda mais o desmonte dos direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora ao longo do século XX através de lutas sociais (ANDRADE, 2019). Essa retomada do avanço neoliberal no Brasil após o golpe que depôs a presidenta Dilma Rousseff em 2016, além de se utilizar de privatizações e do apagamento de direitos trabalhistas como forma de atrair os olhares do mercado nacional e

internacional para novos investimentos (SOUZA, 2018), fortaleceu o recrudescimento no discurso político institucional.

O debate apresentado nesse texto baseia-se em uma compreensão ampliada sobre o trabalho informal a partir do contexto brasileiro, no qual observa-se um significativo atravessamento entre os espaços de trabalho e de descanso e entre trabalho remunerado e não-remunerado, estando diretamente atravessado pelas questões de gênero, raça e classe social. Tais atravessamentos devem ser considerados se queremos identificar e lançar luz sobre problemas de saúde entre grupos invisibilizados, como é o caso das trabalhadoras informais (BRITO, 2000).

O trabalho informal exercido por mulheres acontece de modo paralelo às funções familiares associadas ao cuidado e ligadas à casa, característica socialmente atribuída como de responsabilidade feminina. Essa jornada dupla (e às vezes tripla, quando envolve demanda de cuidado na criação de filhos e/ou parentes) pode enfrentar diversos obstáculos, como ambientes laborais inadequados, acúmulo de funções, ausência de reconhecimento e presença de violências. As más condições do trabalho informal feminino atravessada pela ausência de direitos trabalhistas contribuem para o surgimento de adoecimentos físicos e psíquicos ou agravo de condições pré-existentes (BRAGA et al, 2019).

O trabalho reprodutivo consiste em um complexo de relações e ações por meio das quais a vida e o trabalho são constituídos cotidianamente. Para Federici (2019), diversos dos atributos associados à suposta essência da feminilidade são, na verdade, funções de trabalho que precisam, por isso, ser desnaturalizadas. Segundo a autora, o trabalho doméstico tem seu cunho político esvaziado, que precisa ser retomado para que se compreenda que é ele a pedra angular da sociedade. Tanto o trabalho fabril desempenhado pelo homem, que tem de quem dele cuide e mantenha para continuar exercendo sua função, quanto a escola, que também recebe todas as manhãs crianças

devidamente preparadas para estudar, dependem de uma casa em pleno funcionamento.

Dentro dessa perspectiva, é preciso destacar a divisão sociosexual e racial do trabalho, que se relaciona diretamente às estruturas capitalistas de dominação e opressão que relega às mulheres, sobretudo às negras, oportunidades de trabalho precarizadas e salários inferiores. Nesse sentido, Nogueira e Passos (2020) postulam que podemos dizer que há uma simbiose entre a esfera produtiva e reprodutiva que faz com que a perpetuação dessa subalternização esteja presente no mundo do trabalho e nas relações sociais familiares, o que (re)produz um acesso diferenciado a oportunidades entre as mulheres. Torna-se fundamental afirmar que os processos sociais racializados destinam às mulheres negras funções e atribuições vinculadas à servidão (NOGUEIRA; PASSOS, 2020, p.1).

O apagamento da sobrecarga feminina gerada pelo acúmulo do trabalho produtivo e reprodutivo que lhe é atribuído em nome de uma suposta essência não apenas generifica funções domésticas como o cuidado e a manutenção da casa. Também tem impactos materiais e subjetivos sobre muitas mulheres que representam uma trama que as captura, uma vez que sentem que não conseguem separar as esferas pessoal e profissional de suas vidas. Quantas ainda são impedidas de estudar e/ou trabalhar por não possuírem redes de apoio que lhes garanta esta possibilidade? Quantas ainda “optam” por não investirem em suas vidas profissionais porque a precarização de sua mão-de-obra, somada às obrigações domésticas, não valem a exaustão da dupla (ou tripla) jornada de trabalho?

Diferentemente das mulheres, em função da divisão sexual do trabalho que as submete ao trabalho não remunerado de cuidado e à manutenção de casa, aos homens coube a produção remunerada. Essa estrutura sexista - e racista - tem sua base na relação estabelecida entre famílias brancas europeias e escravizadas e escravizados destituídos de suas famílias ou cujas relações familiares foram submetidas à régua branca (MOURA, 2019),

viabilizando a manutenção da vida do homem como ser destinatário de cuidado, alimentação, higiene e conforto para que se mantivesse disponível para o trabalho, subordinando a sobrevivência econômica das mulheres (brancas) à essa dependência (FEDERICI, 2019, p. 109). Por outro lado, as mulheres negras, que sempre trabalharam como prestadoras de bens e serviços, foram principalmente associadas ao trabalho doméstico e ao cuidado, além do trabalho sexual, atribuídas ao papel de “burro de carga que carrega a sua família e a dos outros nas costas” (GONZALEZ, 1984, p. 230).

Observando os atravessamentos de gênero, raça e classe em um território da periferia do estado do Rio de Janeiro, reafirmamos que não há neutralidade no perfil do trabalho informal. A escassez de políticas de reparação histórica após o período de escravização de povos africanos somada à estrutura de dominação patriarcal que permanece intocável relegou às mulheres negras as margens das oportunidades na esfera trabalhista.

Portanto, entendemos ser imprescindível para conhecer essa mão-de-obra vulnerabilizada adotar uma abordagem a partir da interseccionalidade (CRENSHAW, 2002; COLLINS; BLIGE, 2021). A informalidade subordinada e a autonomia desarticulada (ITIKAWA, 2016) envolvidas no desempenho das mulheres que decidem trabalhar por conta própria, seja por não conseguirem alocação no mercado formal, seja para conciliarem as atividades domésticas e de cuidado compulsoriamente atribuídas a seu gênero, exige dessas trabalhadoras altos níveis de dedicação sem direitos trabalhistas ou carga horária de trabalho determinada.

As vulnerabilidades de classe, raça e gênero são pilares fundamentais do capitalismo que, por sua vez, consolida-se no bojo da associação de interesses socioeconômicos de grupos dominantes no processo colonizador na constituição de uma forma-mundo europeia, branca e masculina (QUIJANO, 1992). A colonialidade, isto é, as múltiplas formas e efeitos da colonização, foi o modo mais geral de dominação, cujas bases de exploração foram tanto do

território quanto do trabalho dos povos não-brancos, mas não apenas: elas foram também culturais e intersubjetivas.

A forma-mundo do “centro”, ideologicamente apresentada como expressão universal da civilização e humanidade, é central no processo de formação das democracias ocidentais coloniais de invasão, produzindo efeitos materiais e subjetivos que nos habitam e hierarquizam pessoas e territórios das cidades. Como afirma Lélia Gonzalez o racismo e o patriarcado são os pilares de construção do Brasil, recobrando todas as esferas da vida individual e coletiva (1984).

Nesse processo histórico de colonização, a sobreposição da cultura europeia se deu partir de dois eixos: o primeiro deles foi a classificação social pela ideia de raça, que pressupunha a cultura dos povos nativos como “atrasados” e, portanto, entendidos como naturalmente inferiores aos colonizadores; e o desenvolvimento de uma racionalidade específica: a modernidade, que se constituiu em diálogo com a religião cristã, com as relações capitalistas e os estados-nação, patriarcais por excelência (QUIJANO, 2005).

A cultura europeia, branca, cristã, capitalista e patriarcal se tornou um modelo universal inclusive na produção de conhecimento. Portanto, para refletirmos a respeito das violências contidas nos atravessamentos interseccionais, como o racismo estrutural, a violência de gênero e a exploração no trabalho, precisamos repensar as colonialidades: do poder, do saber e do ser (QUIJANO, 2005), além da colonialidade de gênero (LUGONES, 2008), como discutimos ao longo deste ensaio.

A reflexão ora apresentada é guiada pelo desejo de desnaturalizar o modelo universal, individual e supostamente imparcial de produção de conhecimento eurocentrado em direção à descolonização epistemológica e metodológica. Portanto, para o trabalho de campo que vem sendo realizado, propomos o exercício de uma construção coletiva do conhecimento através de uma pesquisa-intervenção conduzida pelo método da cartografia, cuja

intenção é acompanhar os movimentos das trabalhadoras informais da comida de rua de Duque de Caxias para que, a partir dos nossos encontros, possamos conhecer a dinâmica de seus trabalhos, os impactos na sua saúde e suas estratégias de resistência, assim como compreender a heterogeneidade e o lugar comum das vivências compartilhadas (PASSOS; BARROS, 2009).

## 2. (De)Colonialidade, interseccionalidade e trabalho de mulheres periféricas

As perspectivas teórico-conceituais adotadas para nos debruçar sobre o estudo são a decolonialidade e a interseccionalidade. É através da epistemologia latino-americana que nos propomos a pensar as questões já suscitadas e que emergirão do trabalho de campo, isto é, do encontro com as trabalhadoras informais do comércio de rua de Caxias. Parece fazer mais sentido utilizar teorias latino-americanas para produzir reflexões a partir de uma pesquisa que tem lugar no contexto brasileiro, acreditando que elas nos ajudarão a dar “melhor conta” da pluralidade sócio-histórica-política do território e da vida de nossas interlocutoras. Do mesmo modo, tais teorias nos permitem uma maior proximidade com nosso problema, qual seja a saúde das trabalhadoras e suas estratégias de sobrevivência, resistência e manutenção de suas funções, de forma contextualizada não somente à trajetória histórica nacional, mas aos atravessamentos de gênero, raça/cor e classe.

O pensamento decolonial critica as estruturas epistêmicas ocidentalizadas que atravessam a cognição daqueles que foram colonizados. Essa injustiça cognitiva sobrepôs o conhecimento dos povos com a epistemologia eurocentrada, como se qualquer produção de saber para além da racionalidade europeia fosse inferior. Trata-se de um pensamento que envolve premissas racistas, sexistas e cristianizadas, que monopolizou os saberes e inferiorizou com recursos excludentes quaisquer outros que apresentassem uma perspectiva diferenciada. Foi através desse olhar que o

Ocidente definiu o que era verdade e o que era melhor para os povos colonizados (GROSFOGUEL, 2016), hierarquizando e subalternizando conhecimentos em um processo epistemicida. Também Anzáldua (2021) critica a redução do conhecimento e da humanidade à referência epistemológica do “centro”, advogando em favor de “teorias de mestizaje” que ofereçam uma leitura da história dos “despossuídos” e “marginais”, em um movimento de descolonização da subjetividade.

A colonialidade consiste na hegemonização de uma forma mundo atravessada por dominação social, material e intersubjetiva. A criação da categoria raça, a primeira “id-entidade moderna”, foi a forma de outorgar a dominação racial que inferiorizou povos indígenas e africanos pela exploração do trabalho forçado, base do capitalismo global (QUIJANO, 2005). Em complementaridade, Lugones (2008) aborda a interseccionalidade como uma forma de compreensão das relações de violências e apagamentos sofridos pelas mulheres. Da perspectiva decolonial é possível refletir sobre de que forma as múltiplas circunstâncias que permeiam o contexto do trabalho são capazes de contribuir para a invisibilização dessas trabalhadoras, assim como repensar as relações verticalizadas que se (re)produzem na sociedade e, portanto, nos aspectos que comprometem sua atuação, vida e saúde, no território de Caxias.

Foi no contexto das lutas por igualdade racial nos Estados Unidos na década de 1970, que o feminismo negro começa a ser organizado, provocado pelo protagonismo masculino e apagamento da mulher negra nos espaços de luta. De acordo com Angela Davis (1983), apesar de haver publicações sobre a temática das desigualdades raciais experimentadas pela negritude, nada era falado sobre as mulheres negras. Na década de 1980, o feminismo negro despontava com mulheres de cor que expunham as violências sofridas pelo machismo e pelo capitalismo.

O conceito de interseccionalidade, cunhado por Kimberlé Crenshaw, expressa a forma pela qual a opressão de classe, o patriarcalismo, o racismo

e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que relativizam as posições de gênero, raça, classe e outras possíveis condições minoritárias (CRENSHAW, 2002). A interseccionalidade é fundamental para uma observação mais aprofundada sobre de que feminino estamos falando, a que lugares estão submetidos outros corpos não brancos, europeus, heterossexuais, cisgêneros, cristãos e burgueses, incluindo o atravessamento das condições de gênero, que intensificam opressões à medida que esses marcadores sociais de diferença se acumulam.

No que tange ao recorte do trabalho, María Lugones (2008) analisa a partir do conceito de colonialidade do poder de Aníbal Quijano o que o autor classifica como os “quatro âmbitos básicos da vida humana: sexo, trabalho, autoridade coletiva e subjetividade/intersubjetividade, seus recursos e produtos” (QUIJANO, 2005). Através da estrutura de exploração e controle postulada nestes quatro âmbitos básicos, as identidades históricas foram associadas às naturezas dos papéis sociais e então houve uma divisão racial do trabalho que determinou uma forma específica a cada raça. Assim, "trabalhador" era o homem branco europeu, isto é, era ele o reconhecido como figura humana com relação com o capital-salário. Negros e indígenas, por serem classificados como animais ou espécies inferiores, foram submetidos ao trabalho escravo.

Apesar de sua contribuição sobre a observação da colonialidade do ser através da exploração/dominação racial pelo trabalho, Quijano (2005) reforça a compreensão patriarcal e heterossexual do gênero, também categorias ocidentais. Lugones (2008) postula que o autor acaba por coadunar com princípios capitalistas e eurocentrados que mantêm invisibilizadas as subordinações vivenciadas pelas mulheres, sobretudo as colonizadas e não-brancas, assim como também classifica o gênero em categorias estanques e indissociáveis da heterossexualidade, o que exclui qualquer possibilidade intersexual como a presente em outros povos não-brancos.

Assim, não apenas a raça é uma ficção, para usar um termo de Quijano, mas também o gênero como biológico, heterossexual e patriarcal é efeito da colonialidade do gênero. Mais do que argumentar em favor de uma intersecção entre raça, classe, gênero e sexualidade que poderia ser entendida inadvertidamente como uma “simples sobreposição” de opressões, a autora defende que gênero e raça devem ser entendidos como duas categorias constituídas no mesmo processo de colonialidade – ou seja, são efeito de uma prática.

É através dessa análise que chegamos ao que Lugones denomina de “sistema-moderno-colonial de gênero”. Tal classificação atravessa todos os domínios da vida social, tornando-se a forma mais efetiva de dominação, tanto material quanto subjetiva. Tal sistema coloniza, recupera e cafetina a subjetividade a partir da forma-mundo europeia-masculinista-heteronormativa (LUGONES, 2008).

Lélia Gonzalez (2020) também dialoga com as opressões raciais e sexuais e postula sobre a importância de considerar a dimensão histórica da opressão sobre povos originários e africanos da colonização europeia na América Latina, já que a exploração do trabalho de mulheres negras tende a se intensificar em contextos capitalistas periféricos: “O caráter duplo de sua condição – racial e/ou sexual – as torna as mulheres mais oprimidas e exploradas em uma região de um capitalismo patriarcal-racista dependente” (GONZALEZ, 2020, p. 145).

O desafio apresentado é então identificar as dinâmicas políticas, culturais e sociais do presente através da decolonialidade, cujas lentes parecem tornar visíveis imagens mais realísticas e aproximadas do que somos. Olhar com os olhos de dentro parece um jeito interessante de pensar nossas próprias histórias e possibilidades de construção de memórias. Faz-se cada vez mais necessário acessar nossa dupla consciência histórica latino-americana e introduzir discussões sobre essas características tensionadas entre a consciência de colonizador e a de colonizado (GONÇALVES, 2019).

Tais contribuições parecem fundamentais para indagar os atravessamentos nas subjetivações das relações sociais no território de Duque de Caxias.

Ainda em relação ao aporte teórico, vale ressaltar que a opção pelo referencial latino-americano decolonial e interseccional é uma escolha política, cuja intenção é abrir espaço para o protagonismo das produções epistemológicas do Sul. A intenção, por outro lado, não é sobrepor ou excluir as contribuições da epistemologia Ocidental, mas lançar luz às produções acadêmicas latinas através da escolha de uma bibliográfica implicada, contextualizada e crítica.

### *2.1. O território: Duque de Caxias na Baixada Fluminense*

A compressão dos limites territoriais da Baixada, onde está localizado o município de Caxias, relaciona-se à uma demarcação polissêmica, uma vez que depende dos interesses do observador-pesquisador, de instituições e de grupos políticos (AMARO, 2012). Geograficamente, pode corresponder tanto à região de planícies entre o litoral e a Serra do Mar, que vai do início do município de Campos, no extremo Norte, até o de Itaguaí, próximo à capital; quanto ao Recôncavo da Guanabara, região do entorno da Baía, que então conta com treze municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica (ALVES, 2019). Anteriormente à invasão dos europeus, os indígenas moradores da região chamavam de “Iguassu”, que em Tupi quer dizer “muita água”. O termo “Baixada” se refere a uma região de “planícies entre montanhas” e “Fluminense” vem do latim flumen, isto é, “rio” (AMARO, 2012).

As formas de significação da Baixada relacionam-se estreitamente com diversas expressões de violência no imaginário social (ALVES, 2019), tendo em vista os altos índices de homicídios em boa parte de seu território. José Claudio Souza Alves (2019) propõe, portanto, um recorte para os municípios

fluminenses a partir dos registros de violência a fim de demarcar as fronteiras com a cidade do Rio de Janeiro.

Por essa perspectiva, a região que recebe este recorte da violência conta com sete das treze cidades da região: Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Nova Iguaçu, Belford Roxo, Queimados e Japeri. O estereótipo da Baixada Fluminense como um território violento se constrói a partir da década de 1960 com as execuções sumárias relacionadas a disputas territoriais locais entre grileiros e a população trabalhadora rural. Na época, a imprensa noticiava frequentemente os assassinatos relacionados ao poder local e sua estratégia de dominação política. Apresentada no discurso midiático como território problemático, recebeu a alcunha de “região mais violenta do mundo”. Além da história de conflitos territoriais, a Baixada também é marcada pela intensa disputa de poderes políticos locais por famílias antigas na política, membros de instituições militares e líderes religiosos.

O exemplo mais emblemático dessa “baixadização” de territórios do Rio de Janeiro pela violência relaciona-se à chacina, em 30 de agosto de 1993, de vinte e uma pessoas na favela de Vigário Geral, empreendida pela Polícia Militar do Rio de Janeiro. Muitos meios de comunicação divulgaram à época esta região como parte da Baixada Fluminense, já que faz fronteira com Duque de Caxias. Uma deputada federal chegou a lamentar o episódio como uma fatalidade ocorrida em uma “favela da Baixada Fluminense”. Dentro dessa realidade, questionamos de que forma esse cenário pode ser um território propício também para violências dirigidas a determinados grupos sociais vulnerabilizados por interseccionalidades de gênero, raça e classe, como as mulheres trabalhadoras do comércio informal de comida de rua.

Duque de Caxias tem aproximadamente 467km<sup>2</sup> e 930 mil habitantes (IBGE, 2021) e é dividido em quatro distritos: Duque de Caxias, Campos Elíseos, Imbariê e Xerém. É uma região que viveu várias modificações em seu perfil ao longo da história. Durante os primeiros séculos da invasão colonial,

foi área de lavouras de milho, cana-de-açúcar, aipim e feijão, que se expandiram à medida que a cidade do Rio de Janeiro crescia. No século XIX teve o primeiro trecho ferroviário instalado, que ia do Rio de Janeiro até a então Estação de Meriti (CMDC, 2013). O crescimento econômico da região já no início do século XX fez levantar uma reivindicação pela emancipação da cidade.

As figuras que compunham a “União Popular Caxiense” eram basicamente médicos, jornalistas e políticos, isto é, homens ligados às propriedades e interesses econômicos locais. Enquanto acontecia a busca por emancipação na década de 1940 houve o processo de industrialização. Diversos tipos de fábricas de motores e transportes instalaram-se no município e, na década de 1960, a Refinaria Duque de Caxias, conhecida como REDUC, foi instalada no distrito de Campos Elíseos (CMDC, 2013). Vale comentar que a breve narrativa contida no site da Câmara Municipal de Duque de Caxias (CMDC) sobre a história do local nada cita sobre quais eram os povos indígenas nativos da região e, sobre a população negra escravizada, diz apenas que “com a abolição da escravatura em 1888, aconteceram várias transformações na vida econômica e social da Baixada Fluminense”, sem se referir a quais.

Atualmente, Duque de Caxias acolhe uma quantidade elevada de comércio e indústria de variados setores. De acordo com Silveira e Ribeiro (2017), a cidade apresenta discrepância entre indicadores econômicos e sociais: seu produto Interno Bruto (PIB) já foi apontado como o terceiro maior entre as cidades do estado do Rio de Janeiro e o 24<sup>a</sup> do Brasil (IBGE, 2015), ao passo que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) ocupa a 49<sup>a</sup> colocação no estado e a 1.574<sup>a</sup> do país (PNUD, 2013). Tais indicadores apontam que os altos índices de arrecadação do município não condizem com a qualidade de vida da população local. O artigo deve ter entre 15-40 páginas e deve ter um caráter científico, não sendo admitidos escritos opinativos. Além disso, o texto deve ter no mínimo um autor com título de doutorado.

## *2.2. Comidas de rua: ofertas pelo caminho*

O recorte territorial escolhido como campo de pesquisa é o centro comercial do município. A região chama a atenção pela quantidade de vendedores ambulantes e trabalhadores informais em suas imediações e por ser uma área de tráfego intenso da população caxiense em direção às rodoviárias de transporte intermunicipal e à estação ferroviária Duque de Caxias.

Grande parte dos que trabalham no centro comercial com venda de comida são mulheres, motivo pelo qual direcionamos a pesquisa a este público. Entende-se como comida de rua a venda de alimentos e bebidas em vias públicas para consumo imediato, produzidos ou revendidos pelas comerciantes. Esta é uma atividade comercial de expressiva importância social e econômica, principalmente em países de economia periférica, pela existência de altos níveis de desemprego, escassez de trabalhos formais e baixo poder aquisitivo da população (CARDOSO et al, 2009).

## *2.3. A rua como espaço de trabalho e de violências*

Partindo dos estudos sobre violência e seus impactos na saúde, no campo da Saúde Pública, a rua ganha relevância como contexto de interesse da pesquisa. Ao procurar entender melhor sobre a atuação de mulheres trabalhadoras do mercado informal, mais especificamente as vendedoras de comida de rua em um território de periferia, é de se esperar que haja nos relatos vivências que tangenciem a temática da violência armada. Apesar de não poder contar ainda com os relatos das próprias mulheres, tendo em vista a fase inicial do campo, apontamos algumas reflexões sobre condições históricas e sociais relacionadas à violência armada no território, à luz das referências da pesquisa.

Para observar as dinâmicas de violência armada às quais estão expostos determinados territórios é preciso levar em conta suas especificidades. No caso de Caxias, os principais atores envolvidos em tais dinâmicas são forças públicas de segurança, milícias e grupos armados com domínio de território, as chamadas facções que atuam no comércio varejista de drogas e com outros ilícitos. Ao descrever o “crime organizado” no Brasil, Miranda e Muniz (2018) o conceituam como o domínio territorial associado ao tráfico de drogas ou às milícias que mantêm o controle local através do comércio ilegal de bens materiais variados e/ou serviços. No caso destas, há também a oferta de serviços de "segurança" em troca de uma taxa mensal paga por comerciantes e moradores que sofrem sanções caso se recusem a contribuir.

Cartografar o cotidiano das mulheres trabalhadoras informais do comércio de rua no centro comercial de Duque de Caxias tem como objetivo principal perceber de que forma seus cotidianos são atravessados por violências, seja no âmbito pessoal ou profissional. Como “cria” da Baixada, a primeira autora reconhece que o cenário local sofre grande influência da milícia - grupo armado cujos membros fazem ou fizeram parte de forças de segurança do Estado - que cobra as aludidas taxas de segurança para que a região possa funcionar sem "maiores problemas". Partindo desse conhecimento, indaga-se acerca dos impactos dessa dinâmica sobre as mulheres participantes da pesquisa. Seriam elas coagidas a pagar taxas para "proteção" de suas barraquinhas? Já teriam elas presenciado coerção, ou conheceriam relatos de alguma outra vendedora, associada à recusa de pagamento?

Outra situação possivelmente vivida, comum ao contexto de pertencimento das trabalhadoras, assim como outros das grandes cidades fluminense, é a presença de violência armada relativa a confrontos relacionados ao varejo do tráfico de drogas, protagonizada por facções locais e forças de segurança, como em situações de disputa de território e operações

policiais de combate da “guerra às drogas”. O centro comercial de Caxias é rodeado por favelas e são recorrentes episódios de tiroteios em locais como o Complexo da Mangueirinha e a Favela do Lixão. Há registros de interrupção, inclusive, das atividades do comércio na região, como ocorreu após Charlinho do Lixão, conhecida liderança do tráfico local, assassinado em 2019.

Para melhor analisar os impactos que esse contexto de violência traz para o trabalho das mulheres nas ruas, buscaremos conhecer o local de vida e moradia dessas mulheres. Este, além de expô-las a situações de violência como as previamente narradas, provoca uma proximidade muitas vezes indissociável entre trabalho reprodutivo e trabalho informal. Sendo o primeiro atribuído ao feminino - incluindo o cuidado da casa e filhos - há um acoplamento e extensão para além dos limites da casa no encontro com o comércio de comida.

Isto é, é de se esperar que entre as mulheres trabalhadoras informais apareçam atravessamentos relacionados à responsabilidade não apenas da manutenção material de suas famílias, mas a preocupação com a vida e o bem-estar de seus familiares: quantas dessas mulheres moram em favelas caxienses? Quais delas possivelmente são mães solo? O quanto a casa - e a família - é convocada como ferramenta do trabalho informal? Quantas podem ter filhos, irmãos ou parceiros envolvidos em atividades criminais, que já foram presos ou mortos por violência armada e as colocam na posição de “envolvida-com”? (CECCHETO; MUNIZ; MONTEIRO, 2018).

São muitas as questões suscitadas quando convocamos a precarização das condições de trabalho de mulheres que atuam nas ruas da periferia à reflexão, a partir dos marcadores de gênero, raça e classe que acumulam vulnerabilidades e atuam como marcas de sujeição. É no cruzamento dos marcadores sociais da diferença que se produzem opressões específicas a pessoas ou grupos, mas onde também podem ser produzidas distintas formas de resistência. Como nossas interlocutoras resistem e criam vida?

### 3. Conclusão

São muitas as nuances do neoliberalismo que chamam atenção e provocam refletir sobre esse sistema político-econômico-ideológico que nos atravessa. Assim como a cultura da violência armada aparece como resposta às violências desencadeadas pela desigualdade e vulnerabilidade social que marca a formação social do país e se expressa na política pública de segurança direcionada, sobretudo, às favelas e demais espaços periféricos, enredando, fazendo adoecer e matando a juventude pobre, o trabalho informal também é um campo bastante fértil para análise do presente.

Se "sempre esteve aí" na busca das classes populares por sobrevivência e na invenção de modos de vida, certamente sofre novo incremento em tempos de precarização dos vínculos trabalhistas. Em um país de trajetória histórica escravocrata e sem políticas públicas de inclusivas a povos pretos, indígenas e periféricos, o sistema neoliberal reforça desigualdades sociais básicas que foram introjetadas histórica, social e culturalmente pela empreitada civilizatória do colonialismo.

Sobretudo quando analisamos a atuação de mulheres periféricas que produzem comida de rua sem qualquer seguridade trabalhista, que utilizam de seus saberes na produção de alimentos que são diariamente postos à venda em um território habitado pela classe trabalhadora, isto é, sua principal clientela. O que vemos na contemporaneidade é a perpetuação de práticas generificadas e racializadas pela herança colonial, que mantêm mulheres não-brancas atreladas às mesmas funções profissionais associadas ao cuidado e manutenção de outras pessoas sem que haja qualquer reconhecimento sobre a divisão sexual e racial do trabalho ou a precarização da informalidade.

### Referências

ALVES, J.C.S. **Dos Barões ao extermínio**: uma história da violência na Baixada Fluminense. 1. ed. Rio de Janeiro: APPH-Clio, 2003.

- AMARO, T. **Baixada Fluminense**. Associação dos Amigos do Instituto Histórico, 2012. Disponível em: <http://amigosinstitutohistoricodc.com.br/?p=1>. Acesso em: 10 fev. 2022.
- ANDRADE, C. B. Casulo AC, Alves G, organizadores. Precarização do trabalho e saúde mental: o Brasil da Era Neoliberal. Bauru: Projeto Editorial Praxis; 2018. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 24, p. 4739–4742, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/FZxBvpSRm3VVX7KYtjXpCvh/?lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2021.
- ANZALDÚA, G. **A vulva é uma ferida aberta e outros ensaios**. Rio de Janeiro: A Bolha Editora, 2021.
- BRAGA, N. L.; ARAUJO, N. M.; MACIEL, R.H. Condições do trabalho da mulher: uma revisão integrativa da literatura brasileira. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 232-251, ago. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.5935/1980-6906/psicologia.v21n2p232-251>.
- BRITO, J. C. Enfoque de gênero e relação saúde/trabalho no contexto de reestruturação produtiva e precarização do trabalho. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 195-204, jan. 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2000000100020>.
- CARDOSO, R. C. V.; SANTOS, S.M.C.; SILVA, E. O. Comida de rua e intervenção: estratégias e propostas para um mundo em desenvolvimento. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, n. 14, v. 4, ago. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000400027>.
- CECCHETTO, F.; MUNIZ, J.O.; MONTEIRO, R.A. “BASTA TÁ DO LADO” – a construção social do envolvido com o crime. Dossiê • **Cad. CRH**, v. 31, n. 82, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/PZDh4d5nBjHVGhcXtppvF5G/abstract/?lang=pt>.
- COLLINS, P.H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.
- COSTA, M. S. Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades sociais brasileiras. **Caderno CRH**, Salvador, abr. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/yj6WzVDLPLscCtPjYVF7BHh/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2021.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>.
- DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.
- GONÇALVES, B. S. **Nos caminhos da dupla consciência: América Latina, psicologia e descolonização**. São Paulo, 2019.
- GONZALEZ, L. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar, 2020.
- GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais**, p. 223-244, 1984. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod\\_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%2C%20A9lia%20-%20Racismo\\_e\\_Sexismo\\_na\\_Cultura\\_Brasileira%20%281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%2C%20A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf). Acesso em: 20 jan. 2021.
- IBGE. **Cidades e estados, Duque de Caxias**, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/duque-de-caxias.html>. Acesso em: 23 fev. 2022.
- IBGE. **PIB dos municípios brasileiros**, 2010. Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib\\_Municipios/2010/pdf/tab01.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/2010/pdf/tab01.pdf). Acesso em: 28 nov. 2021.
- ITIKAWA, L. F. Mulheres na periferia do urbanismo: informalidade subordinada, autonomia desarticulada e resistência em Mumbai, São Paulo e Durban. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 18, n. 1, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5138>. Acesso em: 20 Jan. 2021.

- LUGONES, M. Colonialidade e Gênero. **Revista Tabula Rasa**, Bogotá, v. 9, n. 0, p.75-111, 23 jun. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1794-24892008000200006&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1794-24892008000200006&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 20 jan. 2022.
- MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo, SP: n-1 Edições, 2018.
- MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019
- MUNIZ, J., MIRANDA, A. “**Tá tudo dominado**: domínios armados e governo de mercados ilegais”. Rio como Método. Ed. Universidade da Califórnia, 2019.
- NOGUEIRA, C. M.; PASSOS, R.G. A divisão sociosexual e racial do trabalho no cenário de epidemia de COVID-19: Considerações a partir de Heleieth Saffioti. **DOSSIÊ Cad. CRH** 33, 2020. DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v33i0.36118>.
- PASSOS, E.; BARROS, R.B. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. *In: Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009. p.17-31.
- POCHMANN, M. **Trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 2002.
- QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/racionalidade. **Perú Indígena**, Lima, v. 12, n. 29, p. 11-20, 1992. Disponível em: <https://www.lavaca.org/wp-content/uploads/2016/04/quijano.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires, **Clacso**, p. 117-142, 2005. Disponível em: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf). Acesso em: 20 jan. 2022.
- SOUZA, A.M. Novíssima dependência, decolonialidade e desconexão. *In: Las Ciencias Sociales y la Edificación de una Sociedad Post-Capitalista*, Coloquio Internacional de Geocrítica, XV, 2018, Barcelona (artigo). Barcelona: Universidad de Barcelona, 2018, p. 1-18. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/Sociedad-postcapitalista/AngelitaSouza.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2022.

Artigo recebido em: 08/02/2023.

Aceito para publicação em: 04/07/2023.